

## **Declaração da I Assembléia da Aliança para a Soberania Alimentar da América Latina e do Caribe**

Em representação de 23 redes, movimentos e organizações da América Latina e do Caribe e acompanhados por 11 organizações nacionais, chegamos a Bogotá, mulheres e homens integrantes de organizações continentais e regionais de camponeses e camponesas, da pesca artesanal, da agricultura familiar, trabalhadores e trabalhadoras rurais, jovens, povos originários, afrodescendentes, movimentos agroecológicos, de direitos humanos e ecologistas, para selar nosso compromisso de criação da Aliança para a Soberania Alimentar da América Latina e do Caribe.

Nossa Aliança emerge de um processo histórico. Temos uma história de encontro de mais de 16 anos. Temos uma história que abonamos com esforço e com lutas que data de meados de anos 90. Onde em meio a uma crise que nos condenava a fome e a desnutrição, os governos e a FAO nos davam como resposta a segurança alimentar, proposta que não dava conta nem de nossas demandas nem dimensionava a crise pela que o planeta atravessava. Desde o nascimento do conceito de Soberania Alimentar que se discute e define pela primeira vez na II Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em Tlaxcala, México, em abril de 1996, percorremos um longo caminho enriquecendo este conceito para convertê-lo em um legado.

Há um ano decidimos realizar esta Assembléia na Colômbia, e o fizemos com a decisão de apoiar as organizações sociais colombianas e ao povo de Colômbia que desde a resistência e a articulação buscam uma saída justa e definitiva ao conflito armado, ao deslocamento de milhões de camponeses, indígenas e afrodescendentes e a devastação ambiental e territorial. Fizemos com a plena consciência da importância que tinha reunir-se em um país a muitas décadas assolado por conflitos e disputas pelos territórios derivados do modelo de apropriação de territórios, destruição da natureza e expulsão de nossos povos que com diferentes matizes e intensidades são levados adiante pelos poderes corporativos em todo o continente. Isto hoje possui muita relevância ante a possibilidade verdadeira da finalização do conflito armado com a concretização das negociações de paz.

Estamos seguros que nos próximos meses a Colômbia será posta no centro da cena latinoamericana na temática agrária e agricultura frente aos escândalos provenientes da grilagem de terras por parte de corporações como Cargill que demonstram a continuidade do modelo de despojo e apropriação apoiado pelo governo nacional.

Desde 2002 até a presente data, participamos de três Conferências Especiais onde conseguimos levar a voz da sociedade civil e a posição política aos governos e a FAO, participamos da Conferência de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, das Diretrizes Voluntárias pela Terra e o Território, da Conferência Interparlamentar sobre direitos a segurança alimentar, dos Mecanismos da Sociedade Civil do Comitê de Segurança Alimentar Mundial. Em cada uma destas Conferências levamos a cabo Foros Paralelos de articulação e debate onde elaboramos nossas próprias propostas, iniciativas e

fortalecemos nossos mecanismos de articulação, conseguindo no ano de 2012 que a FAO se compromettesse a discutir a soberania alimentar, entre outras realizações.

Todo este transitar nos serviu como organizações e movimentos que promovemos e defendemos a soberania alimentar, para fortalecer nossas alianças, construir confiança e propostas. Como resultado deste processo, achamos essencial aprofundar e unir forças populares para nossa soberania alimentar. Para isso entendemos necessário transformar a forma de organizar a articulação e em março de 2012 fundamos, em Buenos Aires, a Aliança pela Soberania Alimentar de América Latina e o Caribe.

A Aliança que hoje consolidamos nesta primeira Assembléia constitui uma confluência de redes regionais e subregionais que se propõe a ser uma força de unidade dos povos que lutam pela Soberania Alimentar como elemento substancial na construção de um novo modelo de sociedade baseada no Bem Viver e na Soberania Popular. Nossa Aliança objetiva também, contribuir a resistência ao modelo de desenvolvimento imperante que privatiza os sistemas alimentares, a cultura, saberes e conhecimentos a favor das grandes corporações. Desde estas posições definimos-nos autônomos, membros do Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar – CIP, e com vontade de diálogo para com os governos e os organismos internacionais.

Nossa compromisso é levar adiante a luta pela Soberania Alimentar assumindo-a como princípio, visão, legado, direito e dever construído pelos Povos Indígenas, camponeses, agricultores familiares, pescadores artesanais, mulheres, afrodescendentes, jovens e trabalhadores rurais, que se converteu em uma plataforma aglutinadora de nossas lutas e em uma proposta para a sociedade em seu conjunto.

Assumimos a defesa de nossos Territórios que incluem as terras, os oceanos, as águas e os bosques, para fortalecer a luta contra a concentração de terras e a exploração em grande escala; o extrativismo e privatização de bens; a agricultura industrial em grande escala, fomentada desde a lógica do sistema capitalista é o modelo predominante em nossos países que mercantiliza a vida e precariza as relações trabalhistas, debilitando as condições de vida dos assalariados. Não nos resignamos em ver nossos territórios, nossos mares e nossos rios contaminados e degradados pela aplicação de agrotóxicos, medicamentos e milhares de produtos químicos produzidos por este modelo de norte, e seguiremos lutando contra sua imposição para nos manter livres dos mesmos.

Esta luta pelo Território implica o direito à autodeterminação e o direito ao Consentimento livre, prévio e informado dos povos. E vai unida indissolivelmente à luta por uma Reforma Agrária Integral que impulse a restituição e reconstrução territorial, rural, urbana e aquática, e a posse da terra dos povos indígenas originários.

Neste caminho encontramos-nos na defesa de nossa Biodiversidade, a partir das práticas agrícolas tradicionais de nossos povos com base agroecológica,

que são uma resposta concreta aos graves problemas globais que sofre nosso planeta. Nossos sistemas produtivos têm a capacidade de arrefecer o planeta, de produzir alimentos respeitando e alimentando a biodiversidade e nossos bosques e de cuidar e alimentar nossos solos que estão sendo desertificados gravemente como consequência da imposição da agricultura industrial.

A luta pela Biodiversidade inclui a proteção das sementes e o conhecimento tradicional, livre de patentes e de propriedade intelectual. Manifestamos-nos contra as tecnologias tais como os transgênicos, a geo-engenharia, etc., que ameaçam, enfraquecem, destroem os ecossistemas terrestres e aquáticos e se apropriam ou contaminam os saberes ancestrais. Assim mesmo, estamos definitivamente comprometidos em recuperar e defender a diversidade silvestre e cultivada, especialmente das sementes e animais como patrimônio dos povos.

Isso implica também, contribuir para a resistência ao modelo de desenvolvimento imperante que artificializa, privatiza e mercantiliza os sistemas alimentares. Recusamos o sistema capitalista, patriarcal, e qualquer tipo de discriminação, reafirmando nosso compromisso em conseguir uma equidade total entre homens e mulheres. Este sistema é o que hoje produz como resultado a violência, a militarização e a criminalização de nossas lutas e resistências.

Elegemos a via da Agroecologia como modo de vida que recupera tudo o que perdemos, uma conexão com os saberes ancestrais. É uma força que enfrenta o modelo capitalista; resgata os mercados locais como parte fundamental de preservar os valores, saberes das comunidades; põe em discussão os preços, fomenta o intercâmbio, e permuta como modelo econômico de uma economia social e solidária baseada na sustentabilidade, redistribuição e reciprocidade. É uma proposta alternativa à mudança climática que afeta principalmente aos produtores de alimentos locais.

A alimentação não é uma mercadoria, senão um direito humano reconhecido pelos Estados a partir de diversos instrumentos jurídicos internacionais. Reconhecer este direito impõe a obrigação dos Estados de respeitar, proteger e garantir o Direito à Alimentação dos povos e em especial dos produtores de alimentos, que se garanta o direito ao trabalho e emprego dignos, ao salário justo baseado em os princípios de justiça social e dignidade humana.

O caminho que empreendemos, tal como o que compartilhamos, é fruto de quase duas décadas de construções coletivas em diferentes âmbitos, que hoje nos permitem assumir este novo desafio, e deixar de lado diferenças pontuais, nos une na diversidade para fortalecer e conseguir uma ação coletiva e transformadora.

Um componente estratégico nestas lutas por Soberania Alimentar nos territórios é a comunicação, entendida em seu papel transformador, unificador, criador de sentidos e valores que representam nossos objetivos políticos, e não como mercadoria, como a entende o mercado informativo. Nesse sentido, a Aliança reivindica o papel da comunicação desde os movimentos sociais e

comunitários, que visibilize os processos de resistência e a construção de propostas, com caráter colaborativo, solidário e complementar.

Assumimos plenamente o compromisso de seguir a partir de hoje fortalecendo esta Aliança e alimentar com a integração de novas articulações para desde o internacionalismo, a solidariedade, a defesa do bem comum, o respeito pela autonomia e a autodeterminação dos povos, conseguir as transformações que a crise presente e o compromisso com as futuras gerações nos demandam.

Expresamos nossa solidariedade e compromisso com todos os movimentos sociais da Colômbia com o convencimento de que uma paz duradoura somente será possível quando se escute a voz das organizações, sua demanda por uma Reforma Agrária Integral baseada no respeito pelos direitos coletivos territoriais e livres de exploração de projetos de agronegócio ou extrativistas onde a restituição das terras às comunidades deslocadas se faça efetiva sem artifícios que legitimem a usurpação

Celebramos com entusiasmo o renacer da unidade dos movimentos sociais na América Latina na luta pela Soberania Alimentar e pela vida durante a última década, e os ganhos que temos tido ao reivindicar a dignidade, a justiça e o bem viver de nossos povos. O passo que estamos dando é transcendental na luta por conseguir as transformações profundas que nosso Continente requer frente ao esgotamento de um modelo de desenvolvimento que sobre a base do extrativismo nas suas diferentes formas marca a continuidade de séculos de despojo e extermínio.

**¡Construindo a Unidade dos povos latinoamericanos e caribenhos para a Soberania Popular e Alimentar!**

Bogotá, Colômbia  
7 de agosto de 2013